

Defensoria Pública de Minas Gerais empossa conselheiras e conselheiros para o biênio 2021/2023

As novas membras e os novos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais, eleitos para o biênio 2021/2023, foram empossados durante Sessão Solene do órgão realizada na sexta-feira (26/11).

Além dos membros natos, quatro defensoras e dois defensores públicos integram a nova composição do órgão: Andréa Abritta Garzon, Felipe Augusto Cardoso So-

ledade, Gustavo Francisco Dayrell de Magalhães Santos, Liliana Soares Martins Fonseca, Camila Machado Um-pierre e Gilmara Andrade dos Santos Maciel.

Encerraram seus mandatos os defensores públicos Luiz Roberto Costa Russo, Guilherme Rocha de Freitas e Heitor Teixeira Lanzillotta Baldez.

[LEIA + PÁGINA 2](#)

Foto: Marcelo Sant'Anna

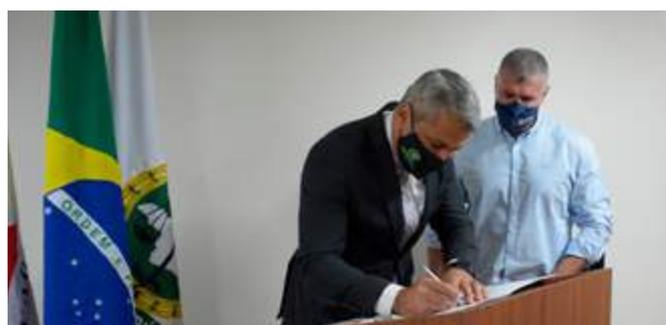


Defensoria Pública faz recomendação para adoção de medidas de prevenção à violência contra mulheres e racismo no Mineirão

Entre outras ações que marcam o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, Instituição é parceira na campanha dos 16 Dias de Ativismo

[PÁGINAS 6 e 7](#)

DPMG e Sejusp firmam parceria voltada para prevenção social à criminalidade e atendimento a custodiados



Defensor-geral Gério Soares e o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco, assinam o termo de cooperação

[PÁGINA 3](#)

Defensor público-geral do estado é homenageado com a distinção máxima da Assembleia Legislativa

[PÁGINA 2](#)

AINDA NESTA EDIÇÃO

> Institucional [PÁGINAS 2 e 3](#)

> Ações em destaque • Na mídia [PÁGINAS 3 a 10](#)

Após Emenda Constitucional do Estado, em novembro, Defensoria é a primeira a propor ADPF

[PÁGINA 10](#)

> Escola Superior [PÁGINA 11](#)

> Procedimentos e comunicados internos [PÁGINAS 12 e 13](#)

INSTITUCIONAL • CONTINUAÇÃO DA CAPA

DPMG empossa conselheiras e conselheiros para o biênio 2021/2023

A sessão foi aberta pelo defensor público-geral e presidente do Conselho Superior, Gério Patrocínio Soares. Após a execução do Hino Nacional pelo dueto da Academia Musical Orquestra Show da Polícia Militar de Minas Gerais, composto pelos cabos Fred e Ramos, os defensores públicos que encerraram seus mandatos cederam o lugar para as conselheiras e conselheiros empossados.

Em formato híbrido, a Sessão Solene foi prestigiada por assessores da Defensoria-Geral, coordenadores, defensores públicos, servidores e familiares dos empossandos, além do presidente da Associação dos Servidores da Atividade Meio da Defensoria Pública do Estado (Asamdep-MG), Adalto Quaresma Lemos.

[Leia na íntegra](#)

Fotos: Marcelo Sant'Anna



Na sequência, o corregedor-geral Galeno Gomes Siqueira, o subdefensor público-geral Nikolas Katopodis e o defensor público-geral e presidente do Conselho Superior, Gério Patrocínio Soares



Integrante da primeira composição do Conselho Superior, a conselheira reeleita Andréa Abritta Garzon fez a leitura do Termo de Compromisso de Posse em nome dos empossandos



Membros natos, empossados e ex-conselheiros durante Sessão Solene do órgão, no auditório da DPMG

HOMENAGEM

Defensor público-geral de Minas Gerais é agraciado com a distinção máxima da Assembleia Legislativa

Fotos: Guilherme Dardanhan e Daniel Protzner/ALMG



DPG Gério Soares recebe a condecoração das mãos do presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, foi agraciado com a Ordem do Mérito Legislativo 2021. A homenagem é concedida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em reconhecimento a todos que contribuíram e continuam contribuindo para a retomada do desenvolvimento econômico e social do Estado. A solenidade de outorga aconteceu na segunda-feira (22/11), no Palácio das Artes, em Belo Horizonte.

Esta edição da comenda teve como tema “Mineiras e mineiros na recuperação econômica e social do Estado no pós-pandemia, destacando a atuação das instituições unidas à sociedade, em prol da vida”.

continua >>

HOMENAGEM • CONTINUAÇÃO

Defensor-geral é homenageado com a distinção máxima da ALMG



Homenageados com o Grande Mérito e o presidente da ALMG

Receberam as homenagens cidadãos e instituições que atuaram para amenizar a crise gerada pela pandemia de Covid-19 na economia, na saúde e na própria sociedade.

Criada em 1982, a Ordem Mérito Legislativo possui os graus Grande Mérito, Mérito Especial e Mérito. Na edição de 2021, 89 pessoas e instituições receberam a honraria, além de 40 parlamentares que foram agraciados antes da solenidade. O grau Grande Mérito foi concedido ao defensor-geral, Gério Soares; ao procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; e à reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Goulart Almeida.

[Leia na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública e Sejusp firmam parceria voltada para prevenção social à criminalidade e atendimento a custodiados

Uma breve cerimônia realizada na quarta-feira (24/11) marcou a assinatura simbólica do termo de cooperação formalizado entre a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). O TCT tem como objetivos o desenvolvimento de ações conjuntas que promovam o acesso a direitos, no que se refere a programas das políticas de prevenção social à criminalidade e de atendimento ao público custodiado. Também contempla produção de conteúdo teórico e oferta mútua de capacitações e cursos.

O mutirão de atendimento jurídico no Presídio Inspeção José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves, que foi realizado pela DPMG e pela Sejusp, é resultado do termo de cooperação. Desde a segunda-feira (22), dez defensoras e defensores públicos e dez analistas técnicos

judiciários da Sejusp estão na unidade prisional atendendo individualmente todos os detentos, verificando a situação processual e o cumprimento de pena de cada um deles (*veja matéria do mutirão na página 4*).

Estavam presentes também na cerimônia a subsecretária de Prevenção à Criminalidade, Andreza Rafaela Abreu Gomes Meneghin; a superintendente de Políticas de Prevenção à Criminalidade, Flávia Cristina Silva Mendes; o diretor-geral do Departamento Penitenciário de Minas Gerais, Rodrigo Machado de Andrade; o gestor do TCT pela Sejusp, Thiago Alvarenga Araújo; a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; a defensora pública-auxiliar da Defensoria Pública-Geral na função de assessora Institucional, Emília Eunilce Alcaraz Castilho; a

Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG



coordenadora do Atendimento da DPMG na Capital, defensora pública Sílvia Leonel Ferreira; e o coordenador regional da área Criminal da DPMG na Capital, defensor público Ricardo de Araújo Teixeira.

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas e Sejusp fazem mutirão de atendimento jurídico no Presídio Inspecor José Martinho Drumond

Na semana de 22 a 26 de novembro, aconteceu o mutirão de atendimento jurídico no Presídio Inspecor José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves, resultado de parceria entre a Defensoria Pública de Minas Gerais e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública. A cada dia, dez defensoras e defensores públicos, juntamente com dez analistas técnicos judiciários da Sejusp prestaram atendimento à população carcerária do presídio, verificando individualmente a situação jurídica de cada um dos privados de liberdade, tanto os presos provisórios quanto os que já estão em execução de pena.

O atendimento aconteceu em quatro salas da escola que existe no presídio. O objetivo é sanear as demandas dos internos, com orientações e encaminhamentos das questões para salvaguarda de direitos, além de verificar a existência de direitos e benefícios na execução de pena que podem ser requeridos. Entre as principais demandas dos presos provisórios está a verificação do excesso

de prazo da prisão preventiva. No caso dos que foram condenados, a verificação da regularidade do cumprimento da pena é solicitada com frequência; assim como a conformidade com a lei do atestado de pena, com vistas, por exemplo, à progressão de pena.

Foto: Marcelo Sant'Anna / DPMG



Defensoras e defensores públicos e analistas da Sejusp verificaram e informaram aos detentos a situação judicial de cada um deles

Defensoria Pública do Estado atuou junto com comunidade para preservação da Mata do Planalto em Belo Horizonte

Uma das maiores regiões verdes da cidade, a área de 200 m² de extensão estava ameaçada pela construção de um complexo residencial

Após 12 anos de luta e resistência da comunidade, a Mata do Planalto, na Região Norte de Belo Horizonte, será totalmente preservada. Na quarta-feira (24/11), foi publicado no Diário Oficial do Município o Decreto nº 17.775, que declara a área de utilidade pública, para fins de desapropriação, e destinada a viabilizar a preservação ambiental da Mata. A área, que é um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica em Belo Horizonte, estava ameaçada pelo projeto que previa a construção de 760 apartamentos, 16 prédios de 16 andares cada.

Ao longo desses anos, a Defensoria Pública de Minas Gerais somou forças com lideranças e moradores da região, associações e vereadoras para a defesa da Mata. A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), é autora de uma ação civil pública (nº 6145436-51.2014.8.13.0024), que requer a declaração de utilidade pública da área. Existem outras duas

ações em curso, uma do Ministério Público, e outra do próprio movimento, que promoveu uma ação popular. Conforme Ana Storch, “quando a Defensoria propôs a ACP, o procedimento estava na pauta com parecer de aprovação no Coman. Com o deferimento da liminar, o procedimento ficou paralisado, o que perdurou ao longo dos anos, e acabou sendo arquivado”, relata. Segundo ela, a tendência é que sejam extintas em decorrência da perda do objeto ocorrida com a desapropriação.

Em paralelo ao pleito judicial, a defensora pública foi convidada pelo movimento “Salve a Mata do Planalto” a contribuir na articulação junto à Gabinetona para o envio do Projeto de Lei 1050/20, a favor da proteção integral da área verde. O projeto, de autoria da vereadora Bella Gonçalves e da ex-vereadora Cida Falabella, foi aprovado, respectivamente, em primeiro e segundo turnos em junho e outubro deste ano, o qual originou a Lei nº 11.326, publicada em 24/11.

[Leia na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública participa de evento de retomada dos mutirões de audiências de conciliação e entrega de escrituras

Na segunda (22/11), a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, representou o defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, na solenidade que marcou a retomada dos mutirões de conciliação para a regularização de imóveis construídos pela Companhia de Habitação de Minas Gerais (Cohab). O evento aconteceu no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus), da comarca de Vespasiano. Os mutirões são realizados por meio de parceria entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e a Cohab.

Em Vespasiano, as audiências pré-processuais para negociação de débitos e emissão de escrituras seguiram até a sexta-feira (26/11). O mutirão, que desta vez contou também com o apoio do curso de Direito da Faculdade

da Saúde e Ecologia Humana (Faseh), pretende regularizar mais de 170 contratos de mutuárias e mutuários residentes no Conjunto Habitacional Morro Alto, localizado no município. Participam das sessões de conciliação a juíza da comarca de Vespasiano e coordenadora do Cejus local, Sayonara Marques, defensoras e defensores públicos, advogados da Cohab Minas e conciliadores. Nas audiências, mutuárias e mutuários são orientados e podem tirar suas dúvidas antes do fechamento de qualquer acordo.

Os mutirões de conciliação para a regularização de imóveis são fruto de convênios assinados entre o TJMG, a Cohab e a Defensoria Pública após a identificação de uma grande quantidade de demandas referentes às habitações populares no estado.

[Leia na íntegra](#)



Durante a solenidade de abertura, a defensora pública Michelle Mascarenhas Glaeser entrega escritura já emitida em audiências anteriores, realizadas online durante o período de pandemia



A cerimônia contou com a presença do 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Newton Teixeira Carvalho; da juíza coordenadora do Cejus, Sayonara Marques; do defensor público-adjunto da Defensoria Pública-Geral na função de assessor Institucional, Gustavo Gonçalves Martinho; do presidente da Cohab Minas, Weber Dias, do vice-presidente da companhia, Márcio Bernardino; e da coordenadora do curso de Direito da Faseh, Patrícia Gusmão.

MUNDO OFICIAL

DPMG prestigia inauguração do Núcleo de Práticas Jurídicas da UNA Pouso Alegre



O evento aconteceu no dia 19 de novembro e contou com a presença dos defensores públicos Walter Valle Martins Junior, coordenador da Regional do Sul de Minas e Local em Pouso Alegre; Alexandre Perin da Paz, em atuação na Defensoria Auxiliar da Regional Sul de Minas; e Cristiano Maia Luz, lotado na Defensoria Cível em Pouso Alegre.

Coordenadora de Cursos de Humanas e Direito na UNA Pouso Alegre, Roberta Manfron; defensor público Walter Valle Martins; coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas, Valdomiro Vieira; e os defensores Cristiano Maia Luz e Alexandre Perin da Paz

AÇÕES EM DESTAQUE

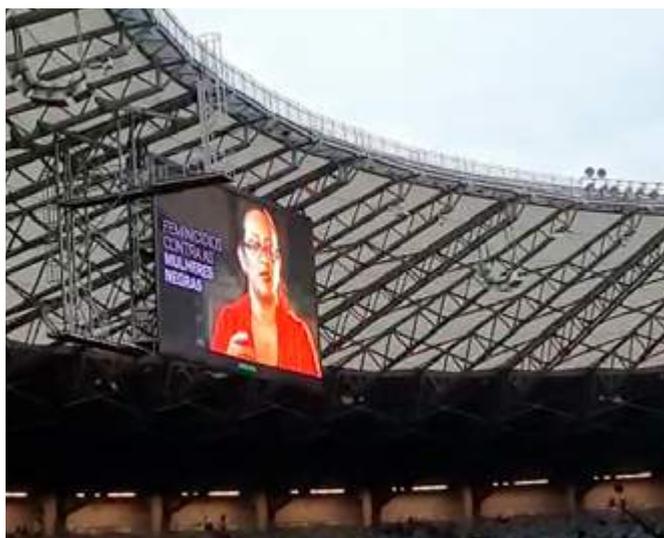
Defensoria Pública faz recomendação para adoção de medidas de prevenção à violência contra mulheres e racismo no Mineirão

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Câmara de Estudos de Igualdade Étnico-Racial, de Gênero e de Diversidade Sexual e da Coordenação Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, encaminhou na sexta-feira (19/11) recomendação à Minas Arena, administradora do estádio Mineirão, em Belo Horizonte. O documento sugere a adoção de medidas para o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres e ao racismo durante as partidas de futebol no estádio. A empresa tem 20 dias para responder à recomendação, informando quais medidas foram e serão implementadas para coibir a prática.

No dia 18 de novembro, membros da Câmara de Estudos se reuniram com três vítimas de violência de gênero

e práticas racistas, ocorridas nas últimas partidas realizadas no estádio. De acordo com o defensor público Paulo César Azevedo de Almeida, a estratégia é atuar de forma extrajudicial e sensibilizar a Minas Arena sobre a necessidade de se ajustar os esquemas de segurança para proteger e acolher as torcedoras. “Daremos preferência ao tratamento da questão na via extrajudicial, porque essa é a prioridade da Defensoria Pública. E acreditamos que, no âmbito do diálogo e do acordo, poderemos alcançar a qualificação da equipe de segurança, melhorar as estruturas do estádio e promover campanhas continuadas de educação em direitos para as torcedoras e os torcedores”, completou.

[Leia na íntegra](#)



Vídeos educativos no telão – Os vídeos da série “Defensoria por Elas”, idealizada pela DPMG para integrar a campanha mundial dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, estão sendo veiculados nos telões do Mineirão nos dias de jogos. O primeiro foi ao ar no sábado (20/11), antes da partida entre Atlético e Juventude. A série pode ser acessada no Instagram (@defensoriamineira), Facebook (@defensoriamineira) e Twitter (defensoriamg). Poderão ser conferidos também em uma *playlist* no canal da DPMG no YouTube ([c/defensoriamineira/playlists](#)).



DEU NA MÍDIA

[Acesse destaques sobre a campanha](#)

Defensoria de Minas integra campanha elaborada pela Justiça em Rede

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) é parceira do projeto Justiça em Rede, na campanha “Os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. O projeto é desenvolvido pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência (Comsiv), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). São parceiros também o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público estadual, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as Polícias Civil e Militar. As instituições compõem a Justiça em Rede contra a Violência Doméstica.

A campanha começou na quinta-feira (25/11), Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, e vai até o dia 10 de dezembro, data que se comemora o

Dia Internacional dos Direitos Humanos. Durante o período, os canais de comunicação (redes sociais, e-mail MKT e peças para Whatsapp) dos parceiros estão divulgando frases que debatam o tema. A ação é realizada como forma de mobilização de indivíduos e organizações para o engajamento no combate, prevenção e garantia de direitos da mulher vítima de violência. Pela DPMG participam as defensoras públicas Samantha Vilarinho, coordenadora estadual de Promoção e Defesa de Direitos das Mulheres, e Marília Cecília Pinto e Oliveira, coordenadora da Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência (NUDEM-BH),

[Leia na íntegra](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas participa de solenidades para assinatura de acordos de enfrentamento à violência contra as mulheres

A chefe de Gabinete da Defensoria Pública de Minas Gerais, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias, participou na segunda-feira (22/11) de duas solenidades de assinatura de acordos de cooperação técnica para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Ambos os eventos tiveram a presença da ministra Damares Alves, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Pela manhã foi assinado o Termo de Cooperação Técnica para a implantação da Central de Monitoramento de Violência Doméstica e Familiar de Minas Gerais. São signatários a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), o Ministério Público (MPMG), o Tribunal de Justiça do Estado (TJMG) e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Foto: Claudinei Souza/DPMG



Raquel da Costa Dias, Damares Alves e Samantha Vilarinho

Na parte da tarde foram firmados mais dois acordos de cooperação técnica em solenidade na antiga sede do TJMG. Neste evento também esteve presente, pela DPMG, a defensora pública Samantha Vilarinho, coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres.

Casa da Mulher Brasileira – Após as assinaturas dos termos de cooperação, a ministra Damares Alves se reuniu com representantes de diversas instituições para tratar de parceria para a instalação de unidades da Casa da Mulher Brasileira em Belo Horizonte e Uberaba, no Triângulo Mineiro. A Defensoria Pública de Minas Gerais é uma das instituições que integram a iniciativa. A defensora pública Samantha Vilarinho participou da reunião.



Defensora pública palestra em evento voltado para a defesa dos direitos das mulheres da Rede Patos

A defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Cedem), da Defensoria Pública de



Minas Gerais (DPMG), foi uma das expositoras do “Elas e Eles por Elas”. A defensora pública falou sobre o papel Defensoria Pública na rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e o poder de escuta. A participação aconteceu na quarta-feira (24/11), com transmissão ao vivo para os integrantes da Rede Patos: Grupo de Apoio às Vítimas de Violência.

A iniciativa integra a programação da 19ª edição da Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa, em Minas Gerais, sob a coordenação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O material gravado será editado pela Escola Judicial Desembargador Edéio Fernandes (Ejef) e disponibilizado para a sensibilização daqueles que atuam no atendimento de mulheres e meninas vítimas em situação de violência.

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas atua em caso de policial que alega ter sido vítima de racismo ao ser abordado por PMs em Barbacena

A Defensoria Pública da Auditoria Militar, da DPMG, é responsável pela defesa do policial militar Anderson César da Silva, vítima de possível crime de racismo e acusado por desacato a superiores e resistência à prisão. O fato aconteceu em Barbacena, no dia 14 de janeiro deste ano.

O policial passeava à paisana com a filha de quatro anos, próximo a uma mata, em Barbacena, quando foi abordado por uma viatura da Polícia Militar. Conforme o boletim de ocorrência, o Comando da Polícia recebera denúncia de que “havia um homem alto, de cor parda, levando uma criança pequena em direção a uma mata ao lado da academia de tênis de Barbacena, no bairro de Fátima, e que a criança estaria chorando”. De acordo com Anderson, ao ser abordado, se identificou como policial e pai da menina, quando teria sido vítima de racismo, agredido e tratado como abusador.

De acordo com a defensora pública Silvana Lobo, responsável pela defesa do policial, houve caso de racismo estrutural. “Embora estivesse com uma camisa vermelha (chamativa), o que chamou a atenção do denunciante foi a cor de sua pele”.

A Promotoria de Justiça Militar de Minas Gerais denunciou Anderson por desobediência, desacato ao superior, ameaça, resistência mediante ameaça ou violência e lesão corporal. O Ministério Público entrou com representação de ocorrência de racismo, tortura e lesão corporal contra Anderson durante a abordagem. A Polícia Militar em Barbacena abriu procedimento interno para investigar a conduta dos policiais envolvidos.

Audiência em prol de comunidades quilombolas e trabalhadores rurais

A defensora pública Ana Cláudia da Silva Alexandre Storch, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), visitou entre os dias 5 e 8 de novembro comunidades quilombolas tradicionais e agroecológicas de Januária, no Norte do estado. Localizadas às margens do Rio São Francisco, as comunidades, dentre elas Croatá, Sangradouro Grande, Comunidade Tradicional da Venda e o acampamento Terra Prometida II, são ameaçadas por disputas possessórias, falta de delimitação e demarcação das suas terras, especialmente a área limítrofe ao Rio Federal, pertencente à União.

De acordo com Ana Cláudia Storch, a presença da


DEU NA MÍDIA

Foto: Reprodução



Defensora pública Silvana Lobo, em atuação no caso, durante entrevista para o “Fantástico”

O caso do policial, com a atuação da DPMG, foi tema de reportagem no programa de TV *Fantástico*, na edição do domingo, 21 de novembro.

[Para assistir, clique aqui](#)

CANEÇÃO MINEIRO
Tragédia completa 20 anos com vítima ainda à espera de indenização: ‘Não tem dinheiro que pague’

[G1 Minas](#)

ENEM
Defensor público aborda importância do registro civil e cidadania como tema da redação do Enem

[MG Inter TV 1ª Edição – Vales MG](#)

Defensoria Pública no território, principalmente durante a audiência de instrução, realizada no dia 8 de novembro, foi necessária, uma vez que juízo agrário se recusa a fazer inspeção judicial. “Mesmo com a existência de evidências de que a área pleiteada na inicial da ação possessória não está delimitada, não podendo ser aferido quantas nem quais pessoas poderiam ser atingidas por uma eventual ordem de reintegração de posse”, explica a defensora pública. Para ela, a disputa judicial coloca em risco o território da comunidade Tradicional da Venda, ameaçada no conflito agrário que se desenrola nas terras conhecidas como Fazenda Arapuim, além de várias outras famílias espalhadas em uma área muito maior do que a pleiteada na inicial.

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensora pública faz vistoria no local que vai abrigar venezuelanos da etnia Warao em BH e transferência deve ocorrer até dia 30

A defensora pública Rachel Aparecida de Aguiar Passos, em atuação na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), visitou as instalações do novo local onde a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) irá acolher os imigrantes venezuelanos da etnia Warao. O abrigo está em obras e fica localizado no bairro Vila Pinho, na região do Barreiro. O prazo acordado com a prefeitura para a transferência dos indígenas é 30 de novembro.

“Em resposta à Recomendação 04 da DPDH/DPMG, que pede providências para o melhor acolhimento dos imigrantes, a PBH vem, juntamente com diversos órgãos e entidades, construindo a retirada do grupo Warao do abrigo São Paulo, com a observância do direito de consulta da comunidade para o melhor abrigamento dos indígenas no menor prazo possível”, diz a defensora pública.

A DPMG acompanha o processo, juntamente com as outras entidades e órgãos públicos, para assegurar os direitos do grupo indígena no cenário migratório em Minas Gerais.

Foto: Daniel Protzner / ALMG



Audiência pública na Assembleia Legislativa debateu a situação dos imigrantes em Minas Gerais

Audiência e política migratória – No dia 10 de novembro, a defensora pública Rachel Passos participou de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), para discutir a situação dos imigrantes no Estado. A situação dos indígenas Warao foi debatida na audiência. Os participantes destacaram a importância de o Legislativo discutir e aprovar uma lei que crie uma política permanente de acolhimento aos refugiados.

Defensorias Públicas cobram divulgação do relatório final sobre avaliação biopsicossocial prevista no Estatuto da Pessoa com Deficiência

A Defensoria Pública de Minas Gerais, por meio da Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, e as Defensorias Públicas da União e dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Maranhão e Bahia emitiram Recomendação Conjunta enviada à ministra da Mulher, da Família e de Direitos Humanos, Damara Regina Alves, em que pede que seja divulgado o relatório final sobre a regulamentação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, num prazo de até cinco dias.

Em 2020, o Ministério criou, pelo Decreto nº 10.415/20, o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Modelo Único de Avaliação Biopsicossocial da Deficiência para discutir as propostas de regulamentação do artigo 2º, parágrafo 1º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15). No entanto, as decisões finais do grupo, que constam do relatório, não estão sendo divulgadas e os representantes das pessoas com deficiência estão sem acesso ao seu conteúdo.

Além da cópia do relatório final e de todos os documentos produzidos pelo GT, a recomendação pede

ainda a divulgação pública do relatório no site do Ministério e que seja aberta uma consulta pública, no prazo de dez dias, para que movimentos de direitos das pessoas com deficiência, outros grupos da sociedade civil e pessoas interessadas possam se manifestar sobre as propostas de regulamentação. O documento enviado ao Ministério solicita ainda ampla divulgação na internet e nos veículos de comunicação sobre medidas empreendidas em razão da recomendação.

“A divulgação do relatório é essencial para garantir a participação das pessoas com deficiência na definição do instrumento de avaliação biopsicossocial que será utilizado pelo país, além de garantir que esta avaliação esteja adequada ao modelo de direitos humanos de deficiência, dando cumprimento a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão”, afirmou Renata Flores Tibyriçá, coordenadora do Núcleo da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência (Nediped), da Defensoria de São Paulo.

[Veja aqui a recomendação na íntegra.](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria propõe Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental Estadual na cobrança de taxas municipais em Guaranésia

A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais propôs Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) em face de dispositivos do Código Tributário do Município de Guaranésia, Lei n. 631 de 12 de dezembro de 1977 (processo nº 1.0000.21.242265-3/000). Vislumbrou-se a não recepção pela Constituição do Estado de dispositivos da referida lei que instituíram as Taxas de Serviços de Pavimentação, Taxas de Limpeza Pública e as Taxas de Conservação de Calçamento, já que não atendem os pressupostos da especificidade e divisibilidade.

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, afirma que, “por se tratar de lei municipal pré-constitucional, não existia outro meio eficaz de sanar a lesividade. Assim, a instituição da ADPF Estadual viabilizou maior proteção dos direitos fundamentais, especialmente dos vulneráveis”.

Foi requerida medida cautelar para suspensão da eficácia dos dispositivos fustigados e, ao final, a procedência

da ação para declarar a não recepção das referidas normas. A Defensoria-Geral contou com a colaboração da Unidade da DPMG em Janaúba, por meio do defensor público Gustavo Dayrell, para a elaboração da petição inicial.

Emenda à Constituição do Estado de nº 110 e instituição da ADPF – Em 5 de novembro de 2021 a Assembleia Legislativa publicou a Emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais de nº 110, acrescentando o §10 ao artigo 118, instituindo a Arguição de Descumprimento de Preceito fundamental (ADPF) em âmbito estadual, com atribuição de competência ao Tribunal de Justiça para seu julgamento. Apenas em três estados do país a ADPF foi instituída. Além de Minas Gerais, Alagoas e Mato Grosso do Sul também contam com tal mecanismo.

A ADPF proposta pelo defensor público-geral é a primeira em Minas Gerais.

[Acesse aqui](#)

Atuação da Defensoria de Minas junto ao STJ garante direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado do processo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública de Minas Gerais em Juiz de Fora, revogando a prisão preventiva do assistido D.S.S., acusado de roubo, garantindo, assim, o direito de aguardar, em liberdade, até o trânsito em julgado do processo.

Em primeira instância, a pena foi fixada em cinco anos e quatro meses, em regime semiaberto.

De acordo com a denúncia, D.S.S e D.V.M. tentaram assaltar uma mulher em um ponto de ônibus. D.V.M. teria se aproximado da vítima, ameaçando com uma suposta arma de fogo, enquanto D.S.S. teria ficado à distância, sem participar da ação. Quando a possível arma que o acusado portava caiu no chão, ambos fugiram

correndo. Ao serem capturados pela Polícia Militar, foram encontrados R\$ 65,00 no bolso de D.S.S., mesma quantia subtraída da vítima, e localizado o celular jogado em um canteiro próximo. No depoimento, a vítima confirmou que D.S.S. não teve participação ativa, tendo ficado à distância. Tanto D.S.S. quanto D.V.M. negaram a participação do primeiro no roubo. D.S.S. alegou que apenas teria encontrado o dinheiro no chão e, por este motivo, fugido do local.

Além de impetrar *Habeas Corpus* para garantir o direito de liberdade, a Defensoria Pública ingressou com recurso de apelação postulando a absolvição do assistido, por ausência de provas e efetiva participação no roubo.

[Leia na íntegra](#)

PUBLICAÇÕES

Núcleo de Atuação da DPMG em Brasília lança a 9ª edição de 2021 de boletim

O Núcleo de Atuação da Defensoria de Minas junto aos Tribunais Superiores lançou a 9ª edição de 2021 do boletim “Drops dos Tribunais”, que traz temas relacionados a direito do consumidor, direito à saúde, porte de drogas, entre outros, além de detalhes da participação do Grupo de Atuação Estratégica da Defensoria Pública nos Tribunais Superiores (Gaets) como *amicus curiae* no

julgamento da ADI 6852, que tira da Defensoria a prerrogativa de requerer documentos para sua atuação.

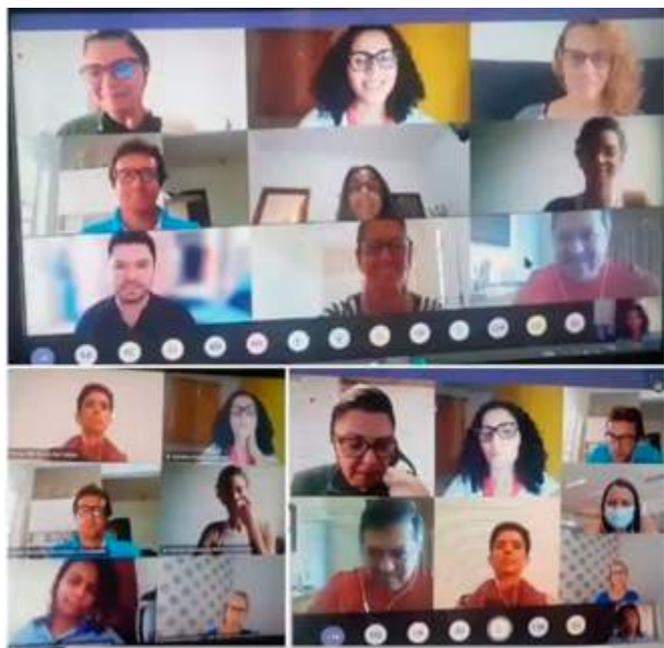
O “Drops dos Tribunais” é um informativo digital e periódico para divulgação de decisões dos Tribunais Superiores e do TJMG, pertinentes à atuação da DPMG, e informações acerca do trabalho do Gaets em Brasília.

[Clique aqui para ler](#)

EDUCAÇÃO EM DIREITOS

DPMG e SEE concluem curso de iniciação à mediação de conflitos e convivência cidadã para profissionais da Educação de todas as regionais do estado

Iniciativa do projeto Mesc da DPMG, capacitação é uma das metas do termo de cooperação entre os órgãos



A Defensoria Pública de Minas Gerais, por iniciativa do projeto Mesc – Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar, e com o apoio da sua Escola Superior (Esdep-MG), finalizou, no dia 18 de novembro, a formação “Iniciação à mediação escolar e convivência cidadã”. O curso é uma das metas do Termo de Cooperação Técnica (TCT), firmado pela DPMG e a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG). Com quatro turmas ofertadas, foram 102 inscritos e um total de 86 cursistas aprovados.

Voltada para analistas da SEE, das 47 Superintendências Regionais de Ensino (SREs), de todo o estado, a capacitação foi ministrada pela defensora pública Francis Coutinho, coordenadora do Mesc, com o propósito de sensibilizar e propagar a mediação como instrumento hábil, capaz de solucionar conflitos nas escolas, além de incentivar as SREs a divulgá-la entre os gestores como prática dialógica e democrática.

ESDEP INFORMA

Abertas as inscrições para aula “Incidente de resolução de demandas repetitivas nos tribunais”

A Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (Esdep-MG) informa que estão abertas, até o dia 14 de dezembro, as inscrições para a aula sobre “Incidente de resolução de demandas repetitivas nos tribunais”.

A aula será realizada no dia 17 de dezembro, às 9 horas, com a defensora pública Luciana Jordão da Motta, coordenadora do Núcleo de 2º Instância e Tribunais Superiores da Defensoria Pública de São Paulo. A iniciativa é da Comissão de Atuação em Tribunais Superiores do

Condege, junto com a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, por meio do Centro de Estudos, de Capacitação e de Aperfeiçoamento (Cecadep) e da Fundação Escola Superior (Fesdep).

As inscrições são gratuitas, e o encontro será realizado de forma online, exclusivo para defensoras e defensores públicos. Ao final, será fornecido certificado de 4 horas/aula aos participantes.

[Clique aqui para fazer a inscrição](#)



PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

DEFENSORIA-GERAL / CORREDORIA-GERAL

Resolução Conjunta prorroga até 30/11 o prazo para comprovar vacinação contra Covid-19
[>> veja aqui](#)

DEFENSORIA-GERAL

Defensoria-Geral solicita aos coordenadores atenção aos requisitos para expedição de certidões de plantão

A Defensoria Pública-Geral solicita aos coordenadores que, ao expedir as certidões de plantões e de acumulações, atentem para os requisitos do artigo 14 da Deliberação 190/2021 e do artigo 11 da Resolução 413/2021; bem como que utilizem os modelos de formulários disponibilizados abaixo e, de forma permanente, na aba da SGPSO.

[Certidão de Atuação em Plantão](#)

[Certidão de Exercício de Atividade Administrativa Extraordinária](#)

[Certidão de Exercício de Atividade Finalística Extraordinária](#)

Resolução dispõe sobre o edital de que trata o art. 59 da LC estadual n. 65/2003

[Resolução n. 467/2021](#)

Abertura de consulta para cooperações voluntárias e temporárias

- **Desits-Criminal**

Início em 1/12/2021 e previsão de término em 1/6/2022.
>> **Inscrições até 23:59h do dia 30/11/2021**

[Resolução n. 461/2021](#)

- **Defensoria Cível em Baependi**

Início em 7/12/2021 e previsão de término em 7/6/2022.

[Resolução 464/2021](#)

- **Defensoria Cível em Barbacena**

Início em 3/12/2021 e previsão de término em 2/6/2022.

[Resolução 465/2021](#)

- **Acumulação compartilhada nas demandas de saúde da comarca de Alfenas**

Início em 2/12/2021 e previsão de término em 1/6/2022.

[Resolução 466/2021](#)

- **Acumulação compartilhada nas demandas da Defensoria Criminal em Três Corações**

Início em 2/12/2021 e previsão de término em 22/2/2022.

[Resolução 468/2021](#)

- **Defensoria das Famílias em Lavras**

Início em 2/12/2021 e previsão de término em 1/4/2022.

[Resolução 469/2021](#)

>> **Inscrições até 23:59h do dia 1 de dezembro de 2021 para o e-mail gabinete@defensoria.mg.def.br**

Acompanhe o Diário Oficial da DPMG – DODP/MG

[veja aqui](#)

Aviso conjunto comunica expansão do PJe

Por meio do Aviso Conjunto nº 59/PR/2021, o TJMG comunica a expansão do Sistema Processo Judicial eletrônico – PJe, em todas as Unidades Judiciárias do Estado, quanto às ações penais com denúncia ou queixa-crime oferecidas nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, crimes contra crianças e adolescentes, cartas precatórias criminais e os expedientes apartados de medidas protetivas de urgência criminal, bem como as ações de competência do Tribunal do Júri, exceto na comarca de Belo Horizonte.

[Acesse aqui íntegra do Aviso Conjunto nº 59/PR/2021.](#)

COORDENADORIA CRIMINAL DA CAPITAL

Resultado do sorteio para participação em plantões nos eventos esportivos de novembro e dezembro de 2021

[Para conferir os contemplados, clique aqui.](#)

SGPSO INFORMA

Regras de registro da frequência – MGS

A Superintendência de Gestão de Pessoas e Saúde Ocupacional informa aos funcionários da MGS a estrita observância às regras de registro da frequência, conforme regulamento da empresa. Todos os registros das justificativas em relação a ocorrências e abonos de ponto, quando cabíveis, devem ser relatados pelos Diretores e/ou Coordenadores impreterivelmente até o 4º (quarto) dia útil de dezembro/2021, via Portal da MGS, sob pena de desconto salarial pela empresa.

A SGPSO está à disposição para prestar esclarecimentos que forem necessários, e conta com a colaboração de todos.

COMISSÃO INVENTARIANTE 2021

Orientações sobre realização inventário

[Leia mais](#)

NOTA DE PESAR

A Defensoria Pública de Minas Gerais comunica, com pesar, o falecimento, na quarta (24/11), do **sr. João Batista Drumond Pimenta, pai do defensor público** em Montes Claros e coordenador da Regional Norte, **Cláudio Fabiano Pimenta**. Também do **sr. Antônio Pedro Lana Rocha, pai do defensor público Luís Antônio Soares Rocha**, no domingo (28/11). Aos familiares e amigos, nossas condolências e solidariedade.

continua >>

COMUNICADOS INTERNOS

A LGPD E SUA APLICAÇÃO



PRAZOS

Os prazos e procedimentos para exercício dos direitos do titular perante o Poder Público observarão o disposto em legislação específica, em especial as disposições constantes da **Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997** (Lei do Habeas Data), da **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999** (Lei Geral do Processo Administrativo), e da **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011** (Lei de Acesso à Informação).

PUBLICIDADE

A autoridade nacional poderá dispor sobre as formas de publicidade das operações de tratamento pelo Poder Público. O disposto na LGPD não dispensa as pessoas jurídicas de instituir as autoridades de que trata a **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011** (Lei de Acesso à Informação).

COMPARTILHAMENTO DE DADOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à descentralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral.

O USO COMPARTILHADO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO DEVE :

- Atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas
- Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados no **Artigo 6º** da LGPD

O cidadão confia seus dados à Defensoria.
Não deixe informações nas mãos de terceiros.



DEFENSORIA
PÚBLICA
MINEIRA